

Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direito Ambiental I**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre “a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade”. Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do “calote dos precatórios”, que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrados, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpramos consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro “Direito e desenvolvimento”, que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente do CONPEDI

Apresentação

É com orgulho que apresentamos o livro com os trabalhos expostos no dia 13 de novembro do ano em curso, perante o **Grupo de Trabalho Direito Ambiental I, do XXII Congresso Nacional do CONPEDI**, realizado em São Paulo, Capital.

Acompanhamos há anos o desenvolvimento do Direito Ambiental, matéria que vem tendo no Brasil, um inusitado desenvolvimento, fruto do reconhecimento de sua relevância. Praticamente ignorada nos anos 1990, passou a integrar, a partir de 2000, o currículo dos cursos de graduação e de pós-graduação das melhores Universidades e Faculdades de Direito. Milhares de pesquisas científicas foram feitas, livros editados, congressos realizados e também decisões judiciais. Tais fatos colocam o Brasil em posição privilegiada perante as demais nações.

O CONPEDI, ciente dessa evolução, no seu XXII Congresso Nacional abriu espaço para dois grupos de trabalho e neles dezenas de artigos foram apresentados, após prévio e rigoroso exame seletivo.

No Grupo de Trabalho que participamos os resultados foram excelentes. A sequência de expositores, entusiasmados estudantes dos mais variados níveis, professores consagrados que exteriorizavam seu prazer em participar do evento, temas ricos no conteúdo expostos por pessoas oriundas das diversas regiões de nosso país, deram-nos a imediata certeza de que a contribuição para a pesquisa acadêmica seria significativa.

Seria impossível comentar um por um. Mas, apenas para que se tenha ideia, basta verificar os temas propostos. Vejamos alguns exemplos.

O Licenciamento Ambiental na transposição do rio São Francisco, com aprofundada pesquisa na área técnica e nos reflexos jurídicos, possibilita-nos adentrar em tema da máxima complexidade e tão pouco discutido na área do Direito. Licitações ambientais, assunto sempre oportuno como forma de envolver, de vez, a administração pública nas suas escolhas. O novo Código Florestal, que sempre merece, como foi feito agora, ser lembrado e discutido, principalmente porque ainda está em fase de implantação.

Assuntos novos também mereceram exposição e trabalhos que fazem parte desta obra. O caráter inovador sempre deve estar presente na área do Direito Ambiental, onde as mudanças e exigências se alteram cada bimestre. Assim, o estudo da Segurança Pública como requisito no licenciamento de grandes obras revela-se de todo oportuno. O meio ambiente do trabalho nos hospitais, raramente lembrado, também exterioriza questão complexa que está a merecer maior aprofundamento. Técnica e genética na manipulação da vida da mesma forma leva-nos a questão que mesclam o filosófico e o prático, merecendo nossa atenção.

Em suma, esta obra reúne antigos e novos temas, todos tendo em comum a importância. Assim, nunca será demais insistirmos em assuntos antigos como a manutenção intacta do Parque Nacional do Iguaçu, agora objeto de um projeto de lei que tenta permitir que nele se construa uma estrada, como falarmos dos novos, como o princípio da proibição de retrocesso da legislação ambiental, que foi objeto de dois aprofundados estudos.

Aí está a apresentação singela da importante obra dos trabalhos apresentados em nosso Grupo e que agora se unem em obra jurídica que, sem dúvida, será de grande utilidade a todos os que militam na área ambiental. Seus autores, a par do prazer e da motivação originada pelo trabalho realizado, dão importante contribuição ao aprimoramento do Direito Ambiental do Brasil. Participar, ouvindo as exposições no Grupo de Trabalho e agora apresentando-os, é para nós, motivo de justo orgulho e prazer.

Coordenadores:

Prof^a. Dr^a. Norma Sueli Padilha

Prof^a. Dr^a. Livia Gaigher Bosio Campello

Prof. Dr. Vladimir de Passos Freitas